



1 Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher CEDM

2 15/03/2016

3 **Reunião Ordinária - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM – 15/03/2016**

4 Aos quinze dias do mês de março do ano de 2016, as 13h30minutos em primeira convocação,  
5 na Sala de Reuniões do 7º andar da Secretaria do Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social  
6 – SEDS, sita no Palácio das Araucárias, s/nº, a rua Jacy Loureiro de Campos s/nº - Bairro  
7 Centro Cívico, em Curitiba-PR, foi dado início à Reunião Ordinária do **Conselho Estadual dos**  
8 **Direitos da Mulher – CEDM**, para a qual as Conselheiras foram previamente convocadas. No  
9 seu papel de Presidente, a **Conselheira Dóris Margareth de Jesus**, representante da **União**  
10 **Brasileira de Mulheres – UBM** procedeu a abertura dessa reunião, convidando as Conselheiras  
11 já presentes, a iniciarem as apresentações. Presenças – **Conselheiras Carmem Cristina Zadra**  
12 **(SEDS), Alaerte Leandro Martins (Rede de Mulheres Negras do Paraná), Promotora Dra.**  
13 **Mariana Bazzo, Terezinha Beraldo Pereira Ramos (SEDS – Coordenadoria da Política da**  
14 **Defesa dos Direitos da Mulher), Presidente Dóris Margareth de Jesus (UBM), Rosane**  
15 **Maciel (Casa Civil), Anacelie de Assis Azevedo (SINDIPETRO – PR/SC). Técnica Tatiana**  
16 **Macarini (SEDS), Ana Claudia Machado (Secretaria de Estado da Segurança Pública –**  
17 **SESP), Melissa Cobbert Bello (Secretaria de Estado da Educação – SEED), Izabel Christina**  
18 **Mello de Brito (Secretaria de Estado da Saúde), Lilian Tedeschi de Felipe (Secretaria de**  
19 **Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI), Márcia Regina C. R. Luhr de**  
20 **Oliveira (SEET), Adriana Cordeiro (Secretaria de Estado do Planejamento e Coord. Geral –**  
21 **SEPL), Delcineia Westphal Serconhuk (FETAEP), Elzimara Goulart Araújo (APP –**  
22 **Sindicato), Elaine Ferreira Galvão (Rede Feminista de Saúde), Juliana Chagas Mittelbach**  
23 **(SINDISAÚDE – PR), Luciana de Fátima Alonso Kaiser (FETRAF), Dra. Daniele M. Vieira**  
24 **(Núcleo Jurídico – SEDS), Marli V. Mussulini (SEDS), técnica Lucimeri (SEDS). - 18**  
25 **Conselheiras, Informes da Reunião** - Recebido Protocolo nº 13.881.886-7 encaminhando  
26 Decreto nº 3259 nomeando Izabel Mello Brito e Maria Cristina Fernandes Ferreira para substituir  
27 Marcia Huçulak e Débora Maria Bilovus Souza no CEDM, pela SESA. Recebida a Nota de  
28 Repúdio encaminhada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Irati, sobre o  
29 comportamento machista de algumas delegadas e a inércia do Conselho Estadual dos Direitos  
30 da Mulher do Paraná na Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres. Recebido da  
31 Secretaria de Esporte e Turismo – SET, o Ofício nº 085/2016 solicitando a substituição da  
32 conselheira titular Adriana Porto Seus pela conselheira Marcia Regina Coelho Ribeira Luhr de  
33 Oliveira. Recebido o Ofício 003/2016-CPCA da Coordenação de Políticas da SEDS, o Estatuto  
34 da Criança e do Adolescente. Recebido em novembro de 2015 o Parecer do Ministério Público  
35 sobre alteração do Art. 6º da Lei 17.504/2013, protocolado nº 13.839.283-0. Recebido da Casa  
36 Civil a Lei 18.658 de 18 de dezembro de 2015 – Protocolado nº 13.550.850-0 que institui na  
37 SEDS o Conselho Estadual da Mulher. Elaborado o Ofício 001/2016 do CEDM à Secretária  
38 Fernanda Richa, sobre a nova composição governamental do CEDM. Recebido por e-mail a  
39 solicitação da inclusão na pauta de fevereiro o tema das creches, mas como repetiu-se a pauta  
40 de dezembro não havia espaço, ficando para o mês de março. Justificativa de ausências:  
41 Luciana Kaiser (FETRAF), Anaceli Azevedo (Sindipetro). **Apreciação da pauta** – Aprovada com  
42 a inserção de um informe, a pedido da **Conselheira Alaerte Leandro Martins (Rede de**  
43 **Mulheres Negras do Paraná), Informes da Secretaria Executiva – por Alda Imthurm. Ivª**  
44 **Conferência Nacional de Políticas para Mulheres** – Informou-se que houve alteração no  
45 calendário da Conferência Nacional, sendo transferida de março para maio/2016. Procedeu-se  
46 um levantamento das Delegadas, com o conseqüente encaminhamento às interessadas para as  
47 devidas confirmações. Não havendo resposta até 31/03, abre-se a vaga; foi esclarecido que a  
48 hospedagem e alimentação estarão a cargo do Governo Federal e as passagens da Sociedade



49 Civil pagas pelo Governo Estadual. Já os aeroportos para o embarque serão Maringá, Curitiba,  
50 Foz do Iguaçu e Londrina. Será providenciado um levantamento conjunto com a Comissão  
51 Organizadora, que poderá acionar o Suplente, quando necessário. Em Brasília, alguém estará  
52 encarregado de recolher os tickets das passagens. Na sequência, a **Presidente Dóris**  
53 **Margareth de Jesus (UBM)** informou que seria realizado um levantamento das moções que  
54 eram de interesse, para serem levadas a Brasília, batendo-se o martelo na reunião de abril. Em  
55 seguida, a vice-presidente **Terezinha Beraldo Pereira Ramos (SEDS – Coordenadoria da**  
56 **Política da Defesa dos Direitos da Mulher)** evidenciou que essas moções poderiam ser  
57 apresentadas na Nacional, onde as que tivessem propostas de políticas públicas passíveis de  
58 execução poderiam ser consideradas e inseridas na proposta do novo plano, destacando que a  
59 proposta citada a cima não será encaminhada via conselho estadual. **Apreciação da Ata**  
60 **referente a 17/02** – Após a leitura do documento (ata), algumas Conselheiras optaram pela  
61 posterior aprovação, tendo em vista a necessidade de algumas inserções. **Registrada a**  
62 **chegada da Conselheira Sílvia Xavier (SEJU)** – Logo em seguida, a **Conselheira Presidente**  
63 **Dóris Margareth de Jesus (UBM)** tornou público ao plenário, o documento assinado pela Sra.  
64 Secretária de Estado Fernanda Richa, contendo nomeação da Assessoria Técnica (SEDS).  
65 Ainda na sequência, discutiu-se a demanda surgida em reunião de Comissão, no sentido de se  
66 dialogar com diversas esferas, no sentido de auxiliar as mulheres trabalhadoras, que não  
67 dispõem de espaços para deixarem seus filhos. Para tanto, expediu-se um convite à **Sra.**  
68 **Promotora de Justiça Dra. Hirmínia Dorigan de Matos Diniz**, pertencente ao Centro de Apoio  
69 as Promotorias de Proteção à Educação (CAOPEduc), para que trouxesse a esse Colegiado, os  
70 seus conhecimentos. Comparecendo à Assembleia Ordinária, a convidada veio acompanhada  
71 da **Assistente Social Denise Arruda Colin**, hoje na coordenação de Planejamento no  
72 Ministério Público do Estado. Agradecendo o convite a **Promotora Hirmínia** relatou que o MP  
73 tem consciência das suas limitações, porém vem ampliando o raio de atuação, visando ganhar  
74 força no atendimento à sociedade. (Déficit de vagas em pré-escolas) – **“Atuação do Ministério**  
75 **Público para a criança de vagas na educação infantil**, projeto esse destinado a todos os  
76 Promotores do Paraná”, para que replicassem as ações, reverberando em todo o Estado.  
77 Constituição Federal e emenda constitucional 59/2009 - Os gestores precisam ter conhecimento  
78 que precisam ofertar essas vagas desde os 04 anos, existe um prazo até 2016 para reatualizar a  
79 sua oferta. Oficiou-se para os Prefeitos e todos Vereadores, inclusive esclarecendo a existência  
80 do déficit de tantas vagas. Na sequência, a palestrante **Promotora de Justiça Dra. Hirmínia**  
81 **Dorigan de Matos Diniz** discorreu durante vários minutos, sobre o tema, enfatizando existir um  
82 princípio constitucional que proíbe o retrocesso social, o gestor não pode regredir no que se  
83 refere ao número de vagas ofertadas nas creches. “A oportunidade de acesso à Educação  
84 Infantil de qualidade é um direito da criança e constitui um benefício que não pode ser medido  
85 apenas por resultados futuros, mas pelas vivências que proporcionam a criança naquela fase da  
86 sua vida”. Um dos pontos que chamou atenção das Conselheiras, foi o impacto que esse direito  
87 traz para a vida futura das crianças. Foram apontados a melhoria na autonomia, sociabilidade na  
88 entrada na escola, melhores resultados no desenvolvimento intelectual e sócio comportamental,  
89 duração desse impacto positivo até a vida adulta. Tais efeitos são mais significativos para as  
90 crianças empobrecidas, já que é a sua única oportunidade. Foi citado que até a década de 70,  
91 as mães ficavam em casa, a partir daí saíam para trabalhar, na década de 80 a creche passou a  
92 ser chamada de escolinha, na de 90 começou o apoio dos psicopedagogos e a partir daí teve-se  
93 um importante respaldo da neurociência. A criança que não frequentou a escola até os 4 anos de  
94 idade perde o “boom” neurológico; a criança que fica no berço, ficará com menos sinapses de  
95 aprendizagem. **James Heckman (Prêmio Nobel)** - **“A partir da educação é que se consegue**  
96 **o desenvolvimento econômico para todos.” A falta dela aumenta a evasão escolar,**  
97 **gravidez precoce, a criminalidade e até o tabagismo.** É certo que a educação na 1ª infância é



98 o melhor investimento social que existe. Crianças que frequentaram o equivalente à creche e  
99 pré-escola, na idade adulta, usufruirão de uma **renda mais alta, probabilidades mais baixas**  
100 **de prisão, gravidez precoce e dependência de renda do Estado no futuro.” Tentar**  
101 **sedimentar num adolescente o conhecimento que deveria ser apresentado há 10 anos**  
102 **antes, custa mais e é menos eficiente” - diz James Heckman.** Na sua vez, a **Dra. Denise**  
103 **Arruda Colin** ressaltou o lado positivo de dividir essa importante pesquisa, com uma instância  
104 de controle social. Lembrou que as políticas públicas direcionadas as mulheres, contam com o  
105 apoio do Centro Operacional das Promotorias de Direitos Humanos. Agregar o levantamento  
106 estatístico dos Municípios, sabendo que quase 70% do déficit de vagas para crianças de 4 a 5  
107 anos, estão concentrados em 25 Municípios. Essas informações por Municípios são constantes  
108 nos dados do Ministério Público. Retomando a palavra, a Promotora de Justiça Dra. Hirmínia  
109 ainda citou existir também a demanda silenciosa, cujos números não aparecem, porém devem  
110 ser denunciados. Trata-se de um grande rombo de necessidades. Como consequência, a  
111 **Presidente Dóris Margareth de Jesus (UBM)** bem como a **Conselheira Anacelie de Assis**  
112 **Azevedo (SINDIPETRO – PR/SC)**, manifestaram o seu agradecimento as visitantes, deixando  
113 claro que as possíveis dúvidas foram sanadas. Uma proposta foi colocada, no sentido de se  
114 fazer uma frente de defesa da educação infantil, a exemplo de uma campanha, ou mesmo um  
115 fórum para construir essa frente, com a elaboração de material específico. Algumas  
116 conselheiras, dentre elas, a conselheira **Juliana Chagas Mittelbach (CUT-PR)** questionou se  
117 haveria sanções para os Municípios que não atingiram as metas este ano e como esses  
118 municípios podem ser responsabilizados se não cumprirem. Parabenizando as palestrantes, a  
119 **técnica Carmem Zadra (SEDS)**, abordou também a questão do orçamento. Na sua vez, a  
120 **Conselheira Elzimara Goulart Araújo (APP – Sindicato)** apontou ter ocorrido um crime no  
121 Estado do Paraná, que foi o fechamento das Escolas Rurais. Assim, a conselheira **Luciana de**  
122 **Fátima A. Kaiser (FETRAF)** relatou sobre a realidade das escolas rurais, citando a distância, a  
123 insegurança no transporte escolar e a quantidade insuficiente de escolas, complementando  
124 assim, sobre a impossibilidade de questionamento do conselho tutelar sobre trabalho infantil  
125 quando a criança não vai à escola e acompanha a família na roça. Metas precisam ser atingidas,  
126 sendo possível buscar parcerias com o Fórum Estadual de Educação, Conselho Estadual dessa  
127 área e o próprio MP. Considerando que essa pauta precisaria ser replicada, a **Conselheira**  
128 **Elaine Ferreira Galvão (Rede Feminista de Saúde)**, avaliou que seria importante realizar um  
129 trabalho com as mulheres vítimas de violência e os CRAS. Sendo assim, como este Conselho  
130 poderia encontrar um mecanismo junto aos Municípios, visando o cumprimento dessas metas.  
131 Pleiteando uma atenção especial para as mulheres negras, a representante desse segmento,  
132 **Conselheira Alaerte Leandro Martins (Rede de Mulheres Negras do Paraná)**, estendeu seus  
133 cumprimentos às palestrantes, afirmando que pela primeira vez está tendo acesso a essas  
134 informações. Sugeriu incluir no slide o Município, a população total, bem como o número de  
135 vagas (Curitiba – 15.256 vagas<sup>1</sup> (35,48% do total<sup>2</sup>). Algumas Conselheiras consideraram que  
136 essa situação deveria ser do conhecimento dos Fóruns, aprovar uma Resolução desse  
137 Conselho objetivando que os Municípios denunciem, pois as prioridades dos orçamentos são  
138 outras. Comprometida, a **Coordenadora da Política da Mulher, Terezinha Beraldo Pereira**  
139 **Ramos** apontou que essa discussão é extremamente oportuna, porém demonstrou preocupação  
140 pela expressão utilizada, quando indica fraude do gestor, na verdade uma afirmação muito  
141 grave, abrindo um espaço, a **Presidente Dóris Margareth de Jesus (UBM)** interpretou que a  
142 sociedade impõe a maternidade e os cuidados das crianças às mulheres. Outra discussão é a  
143 luta por direitos, assim através dos Conselhos Municipais é necessário haver uma ação mais  
144 efetiva, tendo o cumprimento do dispositivo – Emenda 59. Referindo-se à menção de fraude por  
145 parte dos gestores (nº de vagas), é uma questão verídica. De forma ampla, apresentou-se a  
146 **Conselheira Suplente Vânia Muniz N. Soares**, representante da **Rede Feminista de Saúde**,



147 relatando que ao preparar uma tese, entrevistou mulheres com alta fecundidade (5 ou mais  
148 filhos), para quem a vaga é importantíssima. Considerou ser necessário cobrar dos Prefeitos,  
149 vendo com alegria que o Ministério Público também assume essa causa. O momento seguinte  
150 foi tomado pela convidada, **Dra. Hirmínia Diniz**, que passou a responder as perguntas a ela  
151 formuladas – 1) Campanha - primeiramente é a conscientização dos benefícios e a procura a  
152 partir deles. 2) Para matricular deve haver condições legais - Disponibilizar a ação civil pública e  
153 o gestor irá condicionar como será feito. 3) Sanções – penalidade de multa para o Município e  
154 para a pessoa do Prefeito, uma vez que foi orientado para ter previsão orçamentária. Responder  
155 – cassação – suspensão dos direitos políticos – Vê improbabilidade naquele que não cumpre a  
156 Lei. Curitiba previu 4 Unidades de educação: 12 o gestor foi alertado, bem como os Vereadores,  
157 com a recomendação da leitura da Ação Civil Pública. Toda criança tem direito à educação, trata-  
158 se de uma disposição constitucional. Foi também comentado que em Curitiba nascem 24 mil  
159 crianças ao ano, bem como é do conhecimento de muitos que existem matrículas de pessoas  
160 com condições, migrando para as vagas. Fraude significa o maquiamento da verdade, ou seja, a  
161 atitude enganosa para com a população. Foi pensado que uma campanha estadual causaria  
162 mais impacto, pois os Conselhos Municipais estão muito sob a égide do gestor. A conselheira  
163 **Elzimara Goulart Ara (APP – Sindicato)** apontou que a SEDS congrega várias áreas, sugeriu  
164 que se estabeleçam comissões integradas dos respectivos Conselhos e serem iniciadas as  
165 discussões sobre as redes de proteção para atuarem integradas. A proposta de resoluções  
166 conjuntas tem mais força, completou a **Conselheira Anacelie de Assis Azevedo (SINDIPETRO**  
167 **– PR/SC)** considerando ser mais positivo manter uma Resolução específica e remeter ao  
168 governo, para replicar aos Municípios. Colocou-se a disposição para colaborar nessa estrutura,  
169 chamando atenção para os Municípios mais críticos. Segundo a **Presidente Dóris Margareth**  
170 **de Jesus (UBM)**, essa incumbência deverá estar a cargo da Comissão e os Conselhos  
171 Municipais deverão se empoderar desse tema lá na ponta. Quanto à Campanha, a própria  
172 Comissão poderá dar conta. **Evento referente ao Dia Internacional da Mulher** – Quem convida  
173 é a Comissão e foram estipulados 20 minutos para a explanação. **Informes da Câmara Técnica**  
174 **– As Comissões deverão ser compostas por seis (06) integrantes (3 Gov. E 3 da Soc. Civil).**  
175 Decidiu-se que as reuniões deste Colegiado deverão conter as atividades das Comissões no  
176 período da manhã, e logo após o início da plenária. A próxima Assembleia deverá ser realizada  
177 no espaço da Emater. Dia 22 – Audiência Pública - “Violência contra as mulheres”. “Seminário –  
178 Aspectos práticos do enfrentamento à violência. No que se refere às comemorações referentes  
179 ao Dia Internacional da Mulher, utilizar os espaços da TV-Educativa, ou mesmo programas de  
180 rádio. **Informes** – Organizar uma audiência pública em abril - Pauta – PLS-555 (privatização do  
181 serviço público). Em 8 de março – Debate sobre a tarifa Copel – Debate sobre Previdência –  
182 empoderamento das mulheres na área política. Aprovada a ata, com as devidas correções. A  
183 presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa, servidora da SEDS,  
184 digitada por Anthony Henrique Pimentel de Godoy, sendo a Secretária Executiva Alda Imthurm.